

**“Nazismo de esquerda”: representação falsificadora do passado e má-fé***“Left-wing Nazism”: falsifying representation of the past and bad faith*Michel Ehrlich,<sup>1</sup> UFRGS**Resumo**

Este artigo se dedica a noção muito divulgada, sem corroboração na historiografia, de que o nazismo teria sido uma ideologia de esquerda. Tomando como fontes os livros *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, de Leandro Narloch (2013) e *Mentiram (e muito) para mim*, de Flávio Quintela (2014), o objetivo é analisar os pressupostos dessa ideia. Aponto que essa narrativa ressignifica as categorias de “esquerda” e “direita, para serem a oposição entre projetos de sociedade previamente imaginados e a crença de que as mudanças devem vir do desenvolvimento espontâneo e involuntário. Argumento que isso parte de uma má-fé no sentido sartreano, pois nega que o capitalismo é também fruto de projetos de futuro. Uma consequência disso é a neutralização do potencial da memória dos crimes nazistas ser mobilizada contra regimes autoritários e repressivos e a normalização da extrema-direita.

**Palavras-Chave:** nazismo; má-fé; esquerda e direita; novas direitas.

**Abstract**

This article addresses the widely circulated but historically unsubstantiated claim that Nazism was a left-wing ideology. Drawing on the books *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, by Leandro Narloch (2013) and *Mentiram (e muito) para mim*, by Flávio Quintela (2014), the aim is to analyze the assumptions underlying this idea. I argue that this narrative redefines the categories of “left” and “right” as the opposition between previously imagined societal projects and the belief that change should arise spontaneously and involuntarily. I contend that this perspective stems from bad faith in the Sartrean sense, as it denies that capitalism is also the result of future-oriented projects. One consequence is the neutralization of the potential for the memory of the Nazi crimes to be mobilized against authoritarian and repressive regimes and the normalization of the far right.

**Keywords:** Nazism; Bad faith; Left and right; New Right.

**Introdução**

Nos últimos anos têm proliferado negacionismos e usos do passado a respeito de eventos e processos históricos. Um deles é a tese, sem corroboração na historiografia, de que o nazismo seria um movimento político de esquerda, ou mesmo socialista.

Esse esforço de falsificação histórica, não só em relação ao nazismo, se insere no fortalecimento de novas direitas. Especificamente no Brasil, esses movimentos ganharam maior visibilidade, popularidade e poder político a partir da primeira década do século XXI

<sup>1</sup> Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Mestre e graduado em História pela UFPR. Este artigo foi desenvolvido como parte da pesquisa do doutorado, sob orientação do professor Arthur Avila. É também coordenador de História do Museu do Holocausto de Curitiba e professor (QPM) da rede estadual de ensino do Paraná.

(Rocha, 2021).

Ao defender não somente pautas específicas, mas propor formas de viver em e imaginar a sociedade, essas novas direitas entram em uma disputa narrativa sobre o que significa a sociedade. Para tal, se valem de diversas estratégias discursivas, muitas delas em sintonia com a comunicação em plataformas digitais. Analisando o que chama de “populismo digital”, Letícia Cesarino (2019, p. 533) elenca algumas de suas funções discursivas, as quais podem ser notadas nas fontes a serem analisadas mais adiante (mesmo não sendo estas propriamente digitais): o eixo da diferença (que traça uma divisão antagonística entre amigo e inimigo); o eixo da equivalência (que traça uma contiguidade entre a comunidade de pertença); a mobilização permanente por meio de conteúdos alarmistas e conspiratórios; a devolução de acusações com táticas como a do espelho invertido do inimigo; a comunicação supostamente não-mediada entre líder político e público por meio da deslegitimização das instâncias tradicionais de produção de conhecimento na esfera pública, como universidades e imprensa profissional.

Ao disputar os sentidos da vida em sociedade, o passado torna-se um alvo de interesse, pois a (re)interpretação do passado pode modificar a percepção do presente e a imaginação de futuros possíveis (Avila, 2021). A partir da primeira década do século XXI – utilizando-se muito das funcionalidades da internet, mas valendo-se também dos meios mais tradicionais de informação – multiplicaram-se publicações que pretendem produzir uma História sob o ponto de vista de direita (às vezes anunciando-se como tal, em muitos outros casos afirmando estar desmascarando um suposto viés esquerda da historiografia profissional e escolar), as quais, embora distantes e sem corroboração da academia, pretendem-se narrativas verdadeiras sobre o passado.

João Carlos Escosteguy Filho (2019) elenca quatro marcos desse empreendimento no Brasil: a publicação de artigos e editoriais de jornais de grande circulação atacando e relativizando as narrativas históricas formuladas pela historiografia profissional e livros didáticos, em temas como guerra fria e ditadura (por exemplo, referindo-se a ela por “ditabrand”, como fez a Folha de São Paulo em 2009); a publicação dos Guias Politicamente Incorretos sob a direção de Leandro Narloch, livros estes inspirados em uma série estadunidense negacionista/revisionista à historiografia da escravidão e da guerra civil nos EUA<sup>2</sup>; o crescimento, a partir de fins dos anos 1990, da fama de intelectuais dessas novas direitas, cujo nome talvez mais conhecido seja Olavo de Carvalho; o surgimento de

---

<sup>2</sup> Nesse eixo poderíamos acrescentar também a produtora de documentários Brasil Paralelo.

movimentos como o “Escola sem Partido”, que visa combater o que acredita ser uma doutrinação esquerdistas no ensino escolar.

Essas reinterpretações do passado, não buscam, contudo, todos ou quaisquer eventos pretéritos. Tal como observa Enzo Traverso (2012) sobre os negacionismos históricos, os alvos são eventos fundadores de identidades, marcos definidores de características da sociedade, passados ainda presentes. Portanto, esses empreendimentos dedicam seus esforços a processos fundantes ou traumáticos da história nacional, como a escravidão ou a ditadura civil-militar de 1964 a 1985, mas também eventos históricos que, embora ocorridos em outros lugares, constituem uma “memória cultural” (Assmann, 2016, p. 118) relevante - ou seja, que já não depende do contato com as testemunhas para se perpetuar – que altera a percepção que a sociedade tem de si mesma. É o caso do nazismo, que se tornou uma referência de escala global (Miles, 2004).

Serão analisados, nas páginas que seguem, dois livros, especificamente na forma como interpretam o fenômeno do nazismo. São eles *Guia politicamente incorreto da história do mundo*, de Leandro Narloch (2013) e *Mentiram (e muito) para mim*, de Flávio Quintela (2014). O objetivo desse artigo é refletir não somente acerca do conteúdo dessas narrativas, mas, sobretudo, analisar os pressupostos que a embasam.

O jornalista Leandro Narloch ficou conhecido pela sua série de guias “politicamente incorretos” em que se propõe a contestar um suposto viés esquerdistas na História produzida nas universidades e ensinada nas escolas. Após o sucesso de seu livro dedicado a temas da história do Brasil, em 2009, a série prosseguiu com temas como a América Latina, a economia e, no caso aqui analisado, a história mundial. Além de trabalhar em vários veículos de imprensa, Narloch foi anunciado, em março de 2023, como coordenador de comunicação do partido Novo (Mazzini, 2023).

Flávio Quintela é engenheiro, mas, nos últimos anos, se dedicou a escritos políticos. Seu livro de maior sucesso foi *Mentiram para mim sobre o Desarmamento*, de 2015 no qual, em coautoria com o ativista pró-armamento Bene Barbosa, defende a ampliação do direito de posse e porte de armas de fogo. Um ano antes havia publicado o livro que será aqui analisado. Embora, diferentemente da obra de Narloch, Quintela não apresente seu livro como de temática histórica, boa parte dos capítulos - cada um dedicado a desmascarar um tópico da “grande teia de mentiras e engano” (Quintela, 2014, p. 10) tramada pela esquerda - trata de temas históricos, como a ditadura civil-militar brasileira, os partidos políticos da Nova República no Brasil e o nazismo.

Embora nenhum dos dois autores seja historiador e, de fato, não se apresentem como

tais, afirmam embasar suas obras em pesquisas e leituras científicas, de modo que pareçam, para os leitores, terem credenciais que os habilitem a produzir uma História tão ou mais verdadeira que a da historiografia profissional. Narloch, principalmente, inclusive cita trabalhos de historiadores e historiadoras, mesmo que, como aponta Renato Venâncio (2018, s.p.), “aproveita a credibilidade dessas fontes para agregar confiança ao texto. Quase sempre o conteúdo da bibliografia utilizada é distorcido para justificar uma interpretação que ‘choque’ o leitor, tal como uma manchete de um jornal sensacionalista.” Já Quintela dedica um dos capítulos de seu livro a contestar uma suposta mentira esquerdistas de que “a verdade não existe”, deixando claro que ele não se propõe a apresentar uma versão alternativa, concorrente ou relativizadora dos fatos, mas a versão verdadeira.

Há, portanto, nesses dois autores, uma indicação de que eles, e não veículos como a imprensa ou as universidades, são os mais capazes de revelar a verdade, tornando-se parte do que Letícia Cesarino (2021, p. 74) descreve como “reorganização nas formas contemporâneas de produção de verdade”. Segundo essa autora, haveria uma crise no que chama de “sistema de peritos”, ou seja, no sistema tradicional de produção de verdades que estabelecem uma base mínima comum para o debate. Narloch e Quintela apontam para a deslegitimação do conhecimento produzido por esses peritos – o que torna impossível o debate entre as verdades destes e a dos dois escritores -, mas ao mesmo tempo a crise do sistema de peritos os leva a propor não sua total destruição como princípio, mas sua substituição por um outro, tido por eles, como mais verdadeiro, livre de viés ideológico.

Ambos os autores, apesar de algumas diferenças que serão apontadas mais adiante, se inserem no conjunto de iniciativas das novas direitas de oferecer novas interpretações (ou publicizar antigas) para o passado que melhor se adequem aos seus projetos no presente.

Porém, não somente o conteúdo se distancia muito do rigor acadêmico, como também a linguagem. Como aponta Camila Rocha (2021), a partir de 2006, e com mais intensidade a partir de 2010, militantes que orbitavam em torno de *think tanks* neoliberais e ultraliberais passaram a dedicar consideráveis esforços para popularizar sua mensagem, até então restrita a círculos intelectuais de elite. As redes sociais se tornaram o principal ambiente de divulgação desse ideário, mas sua linguagem se espalhou também para uma literatura que, por vezes alegando recorrer a simplificações didáticas de linguagem, incorrem na “distorção de fatos para privilegiar argumentos frágeis e até falsos” (Ogassawara e Borges, 2019, p. 54).

Narloch e Quintela cumprem, mesmo em livros físicos, o papel do *troll* da internet, cujo conteúdo produzido sobre o passado reflete menos um desejo de conhecimento histórico e mais o de *trollar* a esquerda (Nunes, 2022). O *troll* introduz ideias “polêmicas” e

“controversas” no debate político com uma mistura ambígua de humor e seriedade política que permite que pareça ser uma coisa ou outra de acordo com a conveniência. Dessa forma

a nova extrema direita logrou explorar tanto o rechaço ao ‘politicamente correto’ quanto os pânicos morais característicos do conservadorismo tradicional e se posicionar como a voz dos desejos antissistêmicos ao mesmo tempo que associava a esquerda – que, verdade seja dita, pouco fez para se ajudar – ao *establishment* (Nunes, 2022, p. 59).

Assim, Narloch e Quintela podem se apresentar como simultaneamente conservadores e jovens descolados (ambos tinham menos de 40 anos quando da publicação dos livros) lutando contra um sistema.

A principal tese sobre o nazismo, a qual Narloch e Quintela expõem por caminhos ligeiramente diferentes, é de que este seria uma ideologia de esquerda, socialista ou ao menos de que, hoje em dia, seria a esquerda que mais se aproximaria do nazismo.<sup>3</sup> Tal argumento ignora aspectos centrais do ideário e da história social, política e econômica do nazismo, conforme aponta vasta historiografia (Griffin, 2006; Paxton, 2007; Kershaw, 2015). No entanto, como argumentarei, os livros de Narloch e Quintela não se limitam a reinterpretar o passado ou mesmo deturpar os fatos, mas propõem uma outra forma de definir e analisar categorias políticas, como esquerda e direita. A falsidade de sua representação histórica reside não só nos fatos (e pode sequer estar neles), mas também em uma falsidade ética e política, uma narrativa falsa a partir de dados reais. (Avila, 2021). O que chamo aqui de representação falsificadora são narrativas que, mesmo quando não incorrem em mentiras factuais, produzem uma História falsa.

Esse texto, entretanto, não se pretende uma resposta aos argumentos desses dois autores sobre o nazismo. Embora contestá-los seja muito importante em determinados contextos – como o faz Renato Venâncio (2018) em relação ao livro de Narloch sobre a história do Brasil –, creio ser insuficiente. É necessário, como defende Mateus Pereira (2015), não somente reestabelecer os fatos, mas questionar como aquela concepção de passado foi construída, sob quais bases teóricas e políticas. Consequentemente, as seções que seguem não procuram exatamente rebater os argumentos desses livros ou recuperar uma verdade sobre o nazismo – trabalho que, como dito, pode ser necessário e valioso (para isso, ver, por exemplo, Paxton (2010), Griffin (2010), Sousa (2015), Schurster (2019)) –, mas entender os

<sup>3</sup> Ambos os autores, ao se referirem à esquerda, a associam, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT). No entanto, cabe notar que enquanto Narloch associa a esquerda atual a propostas de Estado de bem-estar social – segundo ele, a esquerda que restou após o colapso da URSS –, Quintela considera que toda forma de esquerda (na qual inclui inclusive partidos como o PSDB) são variações, mais ou menos disfarçadas, de uma mesma essência comunista.

pressupostos teóricos e narrativos de Narloch e Quintela e propor algumas formas de análise.

### **“Nazismo de esquerda”**

O guia politicamente incorreto de Leandro Narloch trata do nazismo em dois capítulos, um dedicado ao fascismo e outro diretamente sobre nazismo. A principal referência de Narloch, principalmente no primeiro desses capítulos, é o livro *Fascismo de esquerda: a história secreta do esquerdismo americano*, do escritor e jornalista conservador estadunidense Jonah Goldberg, publicado em 2008 (e no ano seguinte traduzido e lançado no Brasil). Por ser a principal base do argumento de Narloch, cabe brevemente analisá-lo também. Segundo ele

fascismo é uma religião de Estado. Ele presume a unidade orgânica do corpo político e almeja um líder nacional afinado com a vontade do povo. É totalitário no sentido de que vê tudo como político e sustenta que qualquer ação do Estado é justificada quando se trata de alcançar o bem comum. Ele assume responsabilidade por todos os aspectos da vida, inclusive nossa saúde e nosso bem-estar, e busca impor uniformidade de pensamento e ação, seja pela força ou por meio de regulamentações e pressão social. Tudo, inclusive a economia e a religião, tem de estar alinhado com seus objetivos. Qualquer identidade rival é parte do ‘problema’ e, portanto, definida como o inimigo (Goldberg, 2009, p. 33).

A definição de Goldberg se insere em uma “fobia do Estado” característica do pensamento neoliberal (Foucault, 2008, p. 106), ao passo que a noção de religião política, empregada também por outros autores, remete, em especial, ao livro de 1938 de Eric Voegelin (2002). Para ele, movimentos como nazismo e comunismo pretendiam uma salvação terrena, ou seja, construir um mundo perfeito dentro da história. Mas, ao ignorar as imperfeições humanas, se veriam no direito de cometer violências (no limite, genocídios) em nome dessas utopias. A partir dessa definição e do desenvolvimento do livro de Goldberg, conclui-se que, para ele, fascismo é o estabelecimento de um ideal de bem comum (não importando muito o conteúdo desse ideal) imposto sobre o conjunto da sociedade pelo Estado, abarcando todos os âmbitos da vida. A partir disso, ainda segundo Goldberg, a esquerda norte-americana – na qual ele inclui figuras tão diversas como Woodrow Wilson, Franklin Delano Roosevelt, os panteras negras, o movimento estudantil dos anos 1960 e Hillary Clinton – beberia das mesmas fontes intelectuais que Mussolini e Hitler e, consequentemente, seriam elas que, mesmo de forma mais branda, estariam mais próximas do fascismo do que políticos da direita conservadora por vezes chamados de fascistas.

O livro se tornou um best-seller nos EUA. Diante disso, o *History News Network* publicou uma série de textos críticos (e também uma réplica do próprio Goldberg) de

acadêmicos respeitados, entre eles Robert Paxton e Roger Griffin. O diagnóstico sobre o livro de Goldberg é muito semelhante ao que acadêmicos brasileiros fazem das obras de Narloch: argumentos rasos, generalizantes, muitos tópicos carecem de referências e as que são utilizadas são suspeitas ou distorcidas; o livro serve, fundamentalmente, para polemizar e atacar adversários políticos do autor. Especificamente quanto ao conteúdo, os historiadores apontam que Goldberg falha na análise tanto do fascismo como da esquerda norte-americana (Paxton, 2010; Griffin, 2010).

Narloch, no entanto, considerou Goldberg uma fonte confiável (ou útil) e resolveu testar sua teoria para a política brasileira. Decidiu pinçar cinco frases de Mussolini e Giovanni Gentile, o seu “filósofo de plantão” (Narloch, 2013, 160)<sup>4</sup>, contidas em *A Doutrina do Fascismo* - e que, para Narloch, não perdiam seu sentido retiradas de contexto -, e perguntar para 60 deputados brasileiros como se posicionavam em relação a elas. Quatro das cinco frases selecionadas são centradas no poder do Estado sobre a sociedade e a outra, embora não mencione o Estado, também destaca o aspecto anti-individualista da doutrina de Gentile. Nenhuma frase dizia respeito, por exemplo, ao tratamento dado a opositores ou àqueles entendidos como inimigos, à postura antidemocrática ou os passados míticos a serem recuperados, elementos centrais dos fascismos históricos (Paxton, 2007; Griffin, 2006). Os deputados filiados a partidos de esquerda manifestaram, em média, maior grau de concordância com as frases e os de direita, menor (com exceção do então deputado Jair Bolsonaro, que também se posicionou mais favorável).

Assim, para Narloch, fascistas históricos e esquerdistas atuais estariam unidos por uma característica supostamente essencial aos dois, o estatismo coletivista. Por isso é importante para ele retirar das características básicas do fascismo outros aspectos, como ao destacar que o antisemitismo e a eugenia não eram exclusivos do nazismo e chegaram a ser compartilhados por pessoas e partidos de esquerda (o que é verdade, mas ignora a forma, os propósitos e a intensidade com que o nazismo mobilizou essas ideias). Também nisso, Narloch reitera a tese de Jonah Goldberg. Este chega a dizer que o Holocausto é somente o “último capítulo do fascismo alemão” (Goldberg, 2009, p. 178), ou seja, uma consequência, mas não um aspecto essencial do nazismo. A particularidade do nazismo (e dos fascismos de modo geral) seria ser um socialismo simultaneamente nacionalista.

No capítulo que trata especificamente do nazismo, Narloch admite que nos anos 1920 e 1930, nazismo era considerado o oposto do comunismo, e, portanto, de extrema-direita,

<sup>4</sup>Embora Gentile fosse um fascista convicto, o paralelo de que a sua obra estaria para o fascismo como *O Manifesto Comunista* estaria para o comunismo, como Narloch parece supor, é exagerada (Wakefield, 2020).

além de que seus primeiros aliados eram conservadores. Se, porém, os comunistas seriam seus principais inimigos políticos, a maior distância ideológica estaria para os liberais, defensores do livre-comércio e do Estado mínimo – replicando argumento de Jonah Goldberg, para quem os comunistas seriam vistos pelos nazistas como seus maiores inimigos justamente por disputarem um mesmo campo ideológico, em oposição aos liberais clássicos.

Para corroborar esse argumento, Narloch se vale do programa de 25 pontos do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (nazista) lançado em 1920, nos quais de fato é visível um sentimento anticapitalista. No entanto, embora esse programa nunca tenha sido revogado, foi praticamente descartado à medida que o partido nazista se tornava relevante eleitoralmente a partir de 1928 (Paxton, 2007).<sup>5</sup> Se seu anticapitalismo serviu para atrair popularidade, se inseria muito mais na tradição da revolução conservadora alemã – que almejava um imaginado retorno a uma sociedade essencialmente germânica hierarquizada, contraposta ao materialismo moderno (fosse ele capitalista ou socialista) – do que do anticapitalismo socialista, anarquista ou comunista (Herf, 1993). O regime nazista, enquanto realmente esteve muito distante do liberalismo clássico (e dificilmente, uma economia se recuperando da crise de 1929 e em preparação para uma guerra adotaria o *laissez-faire*) também não foi exatamente anticapitalista, ao menos não no sentido adotado pelas esquerdas (Liu, 2013).

Michael Mann (2008) aponta como os nazistas, apesar de terem apoio em diversos estratos sociais da Alemanha, obtinham poucos votos (nas eleições, ainda livres, de 1930 e 1932) de setores nos quais os partidos de esquerda tinham maior penetração (como operários sindicalizados), obtendo votos entre eleitores que, independente da classe social, até então preferiam partidos conservadores – os quais, aliás, não necessariamente eram menos estatistas do que nazistas e comunistas, mas pretendiam usar o Estado para diferentes fins.

Para Narloch, contudo, o aumento do poderio do Estado seria uma versão extremada, mas não essencialmente diferente, do intervencionismo de um Estado de bem-estar social e do anticapitalismo comunista e, por isso, é deles que se aproximaria ideologicamente.

Felipe Abal (2019) aponta que parte do método de reinterpretações do passado como essas é recorrer a “pequenas verdades” que lhe dão credibilidade, para, a partir daí, chegar a conclusões as quais, no entanto, não são deriváveis desses dados verdadeiros. O nazismo ver como legítimo o Estado inflar seus poderes para realizar seu projeto ou a proteção contra ameaças é um dado verdadeiro, assim como seu ideal de transcender as diferenças de classe

<sup>5</sup>Os últimos remanescentes de um anticapitalismo mais radical dentro do partido nazista foram afastados de postos relevantes ou mortos na Noite das Facas Longas em 1934.

social (Herf, 1993; Mann, 2008), mas isso não poderia levar a concluir, como o faz Narloch (2013, p. 182), que “ambos [nazismo e comunismo] queriam varrer a ordem capitalista para criar um mundo perfeito, sem conflitos de classe – e nenhum deles via problema em matar alguns milhões e alcançar sua versão do paraíso terrestre.” Enquanto tanto os regimes nazistas como comunistas praticaram violências em grande escala, estes o faziam como um meio para um fim (mesmo que, em nome do qual, crimes terríveis seriam, supostamente, aceitáveis), ao passo que para os primeiros a violência genocida era um fim em si mesmo (Traverso, 2005) e o conflito uma realidade permanente (Paxton, 2007). Os nazistas pretendiam transcender os conflitos de classe sobrepondo-os a um ideal maior a unir a raça ariana, diferente, portanto, da sociedade sem classes (e não só sem conflitos de classe) vislumbrada por comunistas.

Se, de início, o “estatismo” descrito por Narloch como característica fundamental do nazismo é, principalmente, econômico, como nas várias páginas dedicadas a apontar as origens na Itália fascista das leis trabalhistas de Vargas, consolidadas na CLT – um argumento também muito contestável (Campana, 2008) –, a ideia de um suposto bem comum em um futuro utópico permite perceber que a análise não se atém somente à economia. Assim, adiciona um elemento complementar e muito importante ao “estatismo” em sua definição. Os nazistas teriam sido idealistas, sonhadores, “os politicamente corretos da época” (Narloch, 2013, p. 196), ou seja, uma característica fundamental no nazismo seria a ideia de criar uma sociedade radicalmente nova e perfeita: “os jovens revolucionários que pregavam um mundo perfeito estavam prontos para criar o pior dos mundos” (Ibid. p. 207).

Essa dimensão não-econômica é ainda mais importante na análise de Flávio Quintela. Ele e Leandro Narloch parecem vir de campos bastante distintos. Narloch tem como ponto de partida, sobretudo no capítulo sobre fascismo, o libertarianismo. Rodrigo Nunes (2022) aponta que esse ideário teve importância como agregador de uma juventude brasileira de classe média opositora dos governos do PT e que, entre 2014 e 2018, teria um papel de protagonismo na ascensão e eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Nesse processo, todavia, grupos inicialmente liberais também nos costumes começaram a, não sem tensões, se aproximar do conservadorismo (Rocha, 2021).<sup>6</sup>

Essas conexões entre defesa do livre-mercado e conservadorismo são notadas faz algumas décadas (Cooper, 2017; Brown, 2019). No Brasil, esse fenômeno também é observável, seja por meio de sínteses coesas ou do que Letícia Cesarino (2019, p. 548) chama

<sup>6</sup>O próprio Narloch teve uma relação com Bolsonaro que variou do otimismo ao pedido de renúncia. (Narloch, 2018; Bittencourt, 2021).

de “misturas fractais”. Nessa concepção, as partes não precisam se diluir em uma massa amorfa (e portanto, podem voltar a se separar novamente a depender das circunstâncias). Mas, ainda assim, completa Cesarino - se valendo dos conceitos de Ernesto Laclau -, constituem cadeias de equivalência funcionais e eficientes. Isso ajuda a explicar como Narloch e Quintela, partindo de referenciais teóricos distintos, acabam confluindo em argumentos bastante semelhantes.

Quintela, por sua vez, se localiza politicamente no polo conservador. Nos agradecimentos e na introdução do seu livro, a principal menção é a Olavo de Carvalho, a quem considera o Morpheus (do filme *Matrix*) que lhe permitiu “escolher a pílula vermelha” (Quintela, 2014, p.10) metafórica para sair da teia de mentiras e ver a realidade. O prefácio, por sua vez, é assinado por Paulo Eduardo Martins, que poucos anos mais tarde se tornaria deputado federal pelo Paraná pelo PSC e, desde 2025, é vice-prefeito de Curitiba (eleito pelo PL e ainda em 2025 mudando para o Partido Novo – completando o círculo conservador-neoliberal). Ao longo do livro, Quintela se coloca como um defensor do que considera a “civilização ocidental” e a “herança judaico-cristã”, e, embora não defina exatamente o que entende por esses termos, acredita que “todas as liberdades conquistadas duramente nos últimos séculos são fruto dos princípios disseminados pela cristandade” (Quintela, 2014, p. 20) e que “instituições-chave para o desenvolvimento da civilização moderna, são criações cristãs, dadas ao mundo pela Igreja Católica” (Ibid. p. 44).

Fica perceptível que a origem ideológica de Quintela é o conservadorismo católico, a certa distância de Narloch, que adentra ao tema da religião com menos frequência e, quando o faz, é essencialmente para se colocar contra algo que ele entenda como um dogma da esquerda.

Porém, assim como liberais se aproximaram de posições conservadoras, a via contrária também aconteceu. Ao começar a discutir a “mentira” de que o nazismo seria de extrema-direita, Quintela afirma:

Essa crença absurda é mais um fruto de nossa mídia esquerdista e de nossas escolas, verdadeiros criadouros de comunistas. O nazismo jamais poderia ser considerado de direita, e nem de extrema-direita, pois para isso precisaria necessariamente ser a favor do liberalismo econômico, do capitalismo e do Estado reduzido, e isso nunca aconteceu. (Ibid, p. 48)

Como já exposto antes, esse argumento é muito frágil. Ignora, por exemplo, que, o liberalismo não é a única forma de capitalismo que existe; que, mesmo o liberalismo procurando blindar a esfera econômica da política, jamais prescinde da política estatal,

tampouco de outras esferas extra-econômicas (Fraser, 2020); que as direitas conservadoras, não somente fascistas, na maior parte de sua história não foram partidárias do Estado mínimo (Fawcett, 2020).

Mas o que chama atenção é justamente a aproximação de Quintela, oriundo do conservadorismo católico, com o liberalismo econômico. Ele concorda com Narloch que, ao não professar o liberalismo econômico, Hitler estaria no extremo oposto em relação às direitas. E completa: “ele estava determinado a destruir o capitalismo, e assim se intitulava socialista” (Quintela, 2014, p. 48). Praticamente repetindo os argumentos de Narloch, Quintela também se vale do programa de 25 pontos do nazismo para afirmar que “Estado forte e centralizado com poder ilimitado é sinônimo de esquerda totalitária” (Ibid. p. 49).

Ainda se atendo à esfera econômica, Quintela afirma que o “capitalismo” nazista (as aspas são dele) era controlado pelo governo, diferente do verdadeiro capitalismo, o de livre mercado. Ao mesmo tempo, não deixa de pautar temas caros ao conservadorismo:

Enquanto queimavam e massacravam judeus em seus campos de concentração os nazistas se “preocupavam” com o direito dos animais [...] Qualquer semelhança com os movimentos esquerdistas que querem banir testes médicos com animais, mas que defendem políticas contra a vida humana, não é mera coincidência.” (Ibid. p. 49-50)

A frase final é uma referência implícita à demanda pela legalização do aborto.

## **Esquerda e direita**

Os curtos textos que constituem os capítulos de *Mentiram (e muito) para mim* dialogam entre si e permitem compreender melhor o que Quintela entende como direita e esquerda para categorizar o nazismo no segundo polo. Diferente de Narloch, cuja definição de esquerda e direita fica somente implícita, Quintela a define com clareza.

Para ele, direita e esquerda seriam definições decorrentes de uma oposição entre conservadores e revolucionários, no que, embora não o cite diretamente, parece remeter ao pensamento de Russell Kirk (2001) elaborado nos anos 1950. Enquanto revolucionários buscam um futuro ideal em ruptura com a experiência passada, conservadores acreditariam em “pequenas mudanças, que em seu conjunto no tempo acabam por transformar esse mesmo sistema desde dentro, caracterizando um perfil de evolução histórica, sem um rumo final definido.” (Quintela, 2014, p. 30). O revolucionário não se caracterizaria somente pelo desejo de ruptura com o *status quo* - o que tornaria, por exemplo, alguém que pretende derrubar um governo comunista, em um revolucionário -, mas por ter um projeto de futuro definido. A

partir disso teriam se desenvolvido as noções de esquerda e de direita na política.

Alguns acreditavam no bem inerente do homem e na sua capacidade de remodelar a sociedade em algo melhor, rumo ao ideal, ao perfeito, com a diminuição ou mesmo a remoção completa do divino, substituído pelas “qualidades elevadas do homem” – uma humanidade auto-redimível. Já outros criam que o ser humano sempre foi e sempre será passível de falhas, e por isso desprovido da capacidade de, sozinho, criar uma sociedade ideal ou perfeita – uma humanidade não redimível. Pois bem, estes deram origem ao pensamento de direita, e aqueles ao de esquerda. (Ibid. p. 30)

O ponto de partida de Quintela é teológico e próximo ao já mencionado argumento de Eric Voegelin. Movimentos políticos que acreditassesem na capacidade humana de construir e realizar um projeto de sociedade estariam fadados ao fracasso por desconsiderarem que o ser humano sempre será falho, ou, como em outra passagem ainda mais próxima da linguagem da teologia cristã, corrompido: “toda a formação ideológica de esquerda parte do pressuposto de que o homem natural não é um ser corrompido, e por isso capaz não só de imaginar uma sociedade, como também de colocá-la em prática, através do comunismo.” (Ibid. p. 74)

Enquanto, como visto, Narloch parte do liberalismo econômico para estender seus princípios a uma visão de mundo conservadora, Quintela parte de uma visão conservadora para então se associar à defesa do Estado mínimo.

Os revolucionários depositavam sua fé na capacidade e bondade do homem (pensamento iluminista humanista), o que tornava possível, ao menos em teoria, criar sistemas de governo mais justos, em que um Estado mais atuante pudesse regular a economia, defender as minorias, excitar as massas e estabelecer a justiça social. Já os conservadores eram conhecidos como realistas, pois não criam que o ser humano era capaz de conceber e realizar tamanho bem e justiça, e por isso desconfiavam de qualquer governo que acumulasse muitas funções, no temor de que este governo viesse a abusar de seu poder, acabando por se tornar totalitário e despótico. Daí que hoje os políticos de esquerda são a favor de um Estado inflado, que “cuide” das pessoas, defendendo minorias a qualquer custo, interferindo na economia com regras pesadas, impostos altos e supressão das liberdades individuais. E os políticos de direita são a favor de um Estado menor possível, com menos impostos, pouca ou nenhuma intervenção na economia e onde as liberdades individuais sejam preservadas ao máximo (Ibid. p. 31).

Nem todo movimento de esquerda acredita na possibilidade real de criar um mundo perfeito e sem conflitos, mas o que parece caracterizá-los, ainda assim, como de esquerda, segundo Quintela, é o fato de crerem que o futuro da sociedade pode ser a posta em prática de ideias humanas, de um projeto, e não a lenta e involuntária “evolução histórica”, o que evoca uma noção clássica do conservadorismo, da superioridade do “testado pelo tempo” [*time-tested*] (Honderich, 2005, p. 41) sobre o teorizado.

É possível, então, compreender com mais detalhes o que leva Flávio Quintela a classificar o nazismo na esquerda política. Embora tanto ele como Narloch tragam muitos exemplos vindos da economia, o apoio a menor ou maior interferência estatal na economia (definida como uma distinção em si, não importando as finalidades dessa interferência) é uma decorrência da essência da direita ou esquerda segundo sua definição. Apesar das influências da já mencionada “revolução conservadora” no nazismo, que fazem com que o futuro por eles idealizado seja a expressão de uma essência ariana atemporal (Herf, 1993) ou um *mito palingenético* nas palavras de Griffin (2006), como o nazismo de fato almejava romper com o presente em nome de um futuro previamente idealizado que abarca toda a sociedade, ele estaria, assim como o comunismo, localizado na esquerda.

Esse raciocínio em relação ao nazismo não é de todo inédito no universo intelectual das direitas. Além dos já mencionados Voegelin e Kirk, há outras duas referências, ainda dos anos 1940, importantes (mesmo que não citadas diretamente nos capítulos sobre nazismo) e que, tal como Narloch, têm a defesa do livre-mercado como ponto de partida: Ludwig von Mises e Friedrich Hayek.<sup>7</sup> Eles também são centrais para as novas direitas em outras temáticas (Rocha, 2021). Mises (2010) afirmava que a intervenção estatal na economia a desregulava, gerando sempre demanda por novas intervenções que corrijam as distorções provocadas e culminando, segundo o autor, se não for revertida, em um controle absoluto do Estado, sendo o bolchevismo e o nazismo variantes de um mesmo desfecho. Hayek é que expande o raciocínio na direção apontada por Quintela, afirmando que o que estaria por trás dos dois “gêneros do coletivismo” [nazismo e comunismo] (Hayek, 2010, p. 75) é o planejamento social, o desejo de modelar a sociedade de acordo com um projeto pré-definido – do lado oposto, a ausência de um projeto pré-definido seria o liberalismo.

Autores contemporâneos como Narloch e Quintela, porém, não se limitam a reproduzir e popularizar os argumentos de Mises e Hayek, mas, partindo de suas ideias, tentam remodelar as categorias políticas – esquerda e direita – empregadas no debate político.

Conforme descreve Norberto Bobbio (1995), esquerda e direita têm sido conceitos relevantes na política há mais de um século. Embora existam diversas definições possíveis, a conclusão de Bobbio é de que elas convergem para apontar que, apesar de esquerda e direita poderem subdividir-se e cruzar-se com uma série de outras clivagens, o eixo primordial para dividir esses dois conceitos relacionais é a postura perante a ideia de igualdade. A esquerda tende, com maior ou menor radicalidade, a considerar que as desigualdades são nocivas e

---

<sup>7</sup>Mises é mencionado em outras passagens de ambos os livros.

devem ser combatidas e corrigidas. Já a direita tende a considerar que as desigualdades são naturais e produtivas ao desenvolvimento. Com base nisso que o nazismo é classificado na extrema-direita<sup>8</sup> – além da sua trajetória social e política, que foi buscar nas direitas seus aliados mais óbvios. Pois crê que as desigualdades seriam naturais, intransponíveis, devem ser mantidas e aprofundadas, como fica evidente pelas hierarquias raciais, característica muito mais central do nazismo do que qualquer projeto econômico (Paxton, 2007). Mesmo dentro da *Volksgemeinschaft* [comunidade nacional orgânica] ariana, os laços de solidariedade se inserem dentro de um modelo de sociedade com rígidas hierarquias, que mimetiza a estrutura militarizada da experiência do *front* idealizada pelos nazistas (Herf, 1993; Mann, 2008).

Afirmar que o nazismo seria de esquerda, ao mesmo tempo em que parte de outra conceituação de esquerda e direita, é um passo necessário para que essa mesma nova definição faça sentido, já que o nazismo faz parte do imaginário social em torno dos perigos do extremismo de direita. Como afirma Rodrigo Nunes (2022, p. 32), “a gramática moral da extrema direita reflete como seus adeptos enxergam o mundo ao mesmo tempo que reivindica que o mundo seja transformado segundo essa visão.”

Portanto, Narloch e Quintela, este de forma mais explícita, propõem uma nova forma de diferenciar esquerda e direita. Letícia Cesarino (2019, p. 547) já havia notado que a oposição individualismo-coletivismo era muito importante no que chama de “gramática identitária conservadora-neoliberal emergente”. Mas essa oposição já é uma decorrência de outra mais abrangente, entre, de um lado, projetos de uma sociedade ideal futura imaginada radicalmente diferente do presente (demonizados, já que associados ao nazismo e ao comunismo) e, do outro, a crença de que as mudanças só são benéficas se surgidas do desenvolvimento espontâneo, lento e involuntário da sociedade. O primeiro caso é inevitavelmente coletivo enquanto, do lado oposto, a perspectiva de mudança consciente só existiria a nível individual. Dessa forma, os antagonismos políticos deixam de ser entre projetos políticos diferentes, para ser entre projetos e a (suposta) ausência deles.

Inclusive, conforme apontam Cesarino (2019) e Nunes (2022), essa concepção também favorece a aproximação entre conservadorismo e neoliberalismo, afinal, ambos se imaginam representando o resultado de um desenvolvimento natural. Essa narrativa acerca da própria visão de mundo serve para combater as interferências políticas, seja na economia, seja

<sup>8</sup>Há autores – por exemplo Mann (2008) – que, observam que os fascismos viam a si mesmos como transcendendo as divisões políticas e que incorporaram elementos de movimentos políticos muito distintos (embora muitas vezes mais táticas do que princípios). Assim, podem considerar esses movimentos difíceis de encaixar no eixo esquerda-direita, optando, neste caso, por não classificar o nazismo como uma ideologia de direita, mas sim fora desse eixo. De qualquer forma, muito distante da tese do “nazismo é de esquerda”.

na mitigação de privilégios raciais, de gênero, de orientação sexual, etc.

### **Má-fé**

Leandro Narloch e Flavio Quintela propõem uma série de reinterpretações do nazismo que, como visto, pouco se sustentam na historiografia. Como apontei em outro trabalho, os objetivos e as consequências dessas reinterpretações podem ser diversos, como apresentar o neoliberalismo conservador como a única opção realmente antinazista, demonizar a esquerda ao associá-la a um símbolo do mal (o nazismo) e dissociar a memória crítica dos crimes nazistas da extrema-direita contemporânea (Ehrlich, 2022).

Mas, além disso, esses autores parecem propor uma nova interpretação das próprias categorias de esquerda e direita, remodelando sob quais aspectos dizemos que um movimento ou ideia política está mais próximo ou distante de outro. É esse tópico que a parte final desse artigo pretende discutir.

Apesar dos diversos equívocos factuais de Narloch e Quintela sobre o nazismo, se adotarmos os seus conceitos de direita e esquerda, a classificação que dão ao nazismo teria nexo. Afinal, o nazismo de fato é um projeto coletivista que vislumbra pôr em prática uma ideia pré-definida de como um futuro diferente do presente deve ser, processo no qual o Estado desempenha um papel importante. A questão que surge então é se a divisão de esquerda e direita proposta faz sentido. Argumento a seguir que os conceitos propostos por eles são de má-fé no sentido sartreano.

Em *O ser e o nada*, Jean-Paul Sartre (2011) define como má-fé o fenômeno de, valendo-se da liberdade, criar um sistema que negue a existência da liberdade, configurando-se em um autoengano, uma mentira contada para si mesmo. Em outras palavras, é tornar em determinismo algo que, mesmo que limitado por condições, é fruto de escolhas. A recorrente opção pela má-fé se dá porque, conforme o filósofo, os determinismos são tentativas de escapar da angústia que é a constatação da liberdade.

A má-fé não é, portanto, uma mentira como qualquer outra, que oculta uma realidade verdadeira, mas o ato de esconder, inclusive de si mesmo, que determinada realidade é, ao menos parcialmente, fruto de escolhas.

Lewis Gordon afirma que a má-fé pode ser mais do que um autoengano individual, mas um sistema de crenças e artifícios que sustentem um autoengano coletivo, configurando o que ele chama de “má-fé institucional” (Gordon, 1995, p. 45).

A definição de esquerda e direita de Narloch e Quintela, que categoriza o nazismo à esquerda por ser um projeto de futuro previamente idealizado englobando a sociedade como

um coletivo só faz sentido se, do lado oposto, houver algo que não seja isso. Segundo Narloch e Quintela há: o capitalismo liberal-conservador seria fruto da evolução histórica da humanidade e não da posta em ação de algo planejado.

A tese de que o nazismo seria de esquerda requer, portanto, outra falsificação para que as definições de esquerda e direita que deslocam o nazismo de polo do espectro político se sustentem.

Diversos trabalhos, como, por exemplo, os de Ellen Wood (2001) e E. P. Thompson (1998), demonstram que é falso que o capitalismo (e menos ainda o liberalismo) tenha surgido como fruto da evolução ou como o desabrochar de uma característica natural humana latente. Os impulsos expansionistas do capitalismo “precisaram de vastas transformações e sublevações sociais para ser acionadas” (Wood, 2001, p. 125). O capitalismo foi fruto de rupturas violentas com o *status quo*, seja envolvendo tomadas violentas do Estado ou descontinuidades drásticas como os cercamentos. O capitalismo também não é resultado de transformações deixadas em aberto, mas sim idealizado por intelectuais como John Locke ainda no século XVII, que não só o descreveram, mas o teorizaram como um modelo se sociedade (Wood, 2001) – o que não significa, como em qualquer teoria social, que a prática tenha sido aplicação perfeita da teoria. Isso fica ainda mais claro em relação ao neoliberalismo que se constitui como um projeto específico de racionalidade humana (Dardot e Laval, 2016).

Se, como Walter Benjamin (2013), considerarmos o capitalismo como uma religião que esconde seu deus, até mesmo a dimensão de religião política enfatizada pelo tão citado por Leandro Narloch, Jonah Goldberg, se aplicaria ao capitalismo.

Em outras palavras, Quintela propõe (e Narloch, em linhas gerais, adota) uma divisão entre esquerda e direita que serve para demonizar o que conhecemos como esquerda, mas na qual de fato nada se localizaria na direita. Para fazer sentido, Narloch e Quintela escolhem – e precisam –, em má-fé, negar que o capitalismo é também fruto de projetos de futuro idealizados, para manter intacto seu sistema de crenças.

Ocultar a historicidade do capitalismo não é uma novidade, tanto que Ellen Wood (2001) posiciona seu livro como parte do esforço de contestar essa tese. Mas deslocar o nazismo para a esquerda do espectro político desempenha um papel muito interessante para os defensores dessa ideia, pois agrupa todos os não-capitalismos em um mesmo conjunto dentro de uma linha divisória já conhecida, a de direita e esquerda. Narloch e Quintela capturam esses significantes de amplo uso para preenchê-los com um significado mais conveniente.

Não afirmo com isso que o objetivo em dizer que o nazismo é de esquerda seja, ao final, negar a historicidade do capitalismo, como se fosse parte de uma grande conspiração,

mas que isso ao mesmo tempo mobiliza e dá uma sensação de coerência a sensibilidades políticas que compõe uma gramática das novas direitas.

### **Considerações Finais**

As interpretações de Leandro Narloch e Flavio Quintela sobre o nazismo – que, embora por caminhos diferentes, acabam sendo semelhantes – não somente distorcem o conhecimento produzido sobre nazismo, mas, para funcionar, precisam inventar novos critérios, em má-fé, de dividir esquerda e direita.

A título de conclusão, podemos refletir sobre algumas consequências dessa operação. Os argumentos dos autores analisados apontam que qualquer ideia de um futuro coletivo idealizado, mesmo quando de boas intenções, “politicamente corretas”, irá culminar em catástrofes cujos exemplos extremos seriam os “irmãos gêmeos que brigam” (Narloch, 2013, p. 203), nazismo e o comunismo. A única opção para escapar disso seria o conformismo ao real existente (ignorando que esse real também é resultado de um projeto de futuro). Ao mesmo tempo, como apresentado na introdução, Narloch e Quintela se enxergam como combatentes contra o sistema. Rodrigo Nunes define muito bem esse fenômeno como “uma forma extremamente conformista de revolta [...] uma política antissistema para pessoas que não acreditam que o sistema possa de fato mudar” (Nunes, 2022, p. 48).

Isso restringe a imaginação histórica. Se, “a política é antes de tudo uma disputa para definir os limites do possível” (Ibid. p. 16), a tese de Narloch e Quintela sobre o nazismo reorganiza as categorias políticas e retira desses limites uma série de ideias políticas – qualquer idealização de como o mundo deve ser - ao aproximá-las do já interditado nazismo.

Dessa forma, a memória dos crimes nazistas que, ao menos potencialmente, é mobilizada contra regimes autoritários e repressivos (embora este não seja seu único uso possível) (Alexander, 2003), perde esse potencial crítico e é redirecionada contra seus supostos vizinhos ideológicos na esquerda, ao mesmo tempo em que abre espaço para incluir nos “limites do possível” princípios característicos da extrema-direita como a rejeição da alteridade, a idealização de uma essência nacional/racial/religiosa atemporal e o autoritarismo, agora dissociados da referência do nazismo.

### **Referências Bibliográficas**

ABAL, Felipe Cittolin. Um risco para a História: normalização, revisionismo e reacionarismo. **Revista Hydra.** v. 4, n. 7, p. 50-67, 2019.

ALEXANDER, Jeffrey. **Trauma: A social theory.** Malden: Polity Press, 2012.

ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e memória cultural. **História Oral**, v. 19, n. 1, pp. 115-128, 2016.

AVILA, Arthur Lima de. Qual passado escolher? Uma discussão sobre o negacionismo histórico e o pluralismo historiográfico. **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 87, pp. 161-184, 2021.

BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. In: BENJAMIN, Walter. **O capitalismo como religião**. São Paulo: Boitempo, 2013 [1921].

BITTENCOURT, Julinho. Leandro Narloch, que já foi citado por Bolsonaro como sinônimo de independência, pede a sua renúncia. **Forum**, 2021. Disponível em <https://revistaforum.com.br/redes-sociais/2021/1/26/leandro-narloch-que-ja-foi-citado-por-bolsonaro-como-sinimo-de-independencia-pede-sua-renuncia-90304.html> Acessado em 13/05/2025.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Unesp, 1995.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CAMPANA, Priscila. O mito da consolidação das leis trabalhistas como reprodução da Carta del Lavoro. **Revista Jurídica – CCJ/FURB**, v. 12, n. 23, pp. 44-62, 2008.

CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

CESARINO, Letícia. Pós-Verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernetica, **Ilha**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021

COOPER, Milinda. **Family Values: Between Neoliberalism and the New Social Conservatism**. Nova York: Zone Books, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EHRLICH, Michel. Nazismo de esquerda? Considerações sobre o revisionismo ideológico sobre o nazismo no Brasil. In: SCHURSTER, Karl; GHERMAN, Michel; FEREIRO-VÁZQUEZ, Óscar (orgs.). **Negacionismo: a construção social do fascismo no tempo presente**. Recife: Edupe, 2022.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, pp. 39-63, 2019.

FAWCETT, Edmund. **Conservatism: the fight for a tradition**. Princeton: Princeton University Press, 2020.

FRASER, Nancy. **Los Talleres Ocultos del Capital**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2020.

GOLDBERG, Jonah. **Fascismo de esquerda: a história secreta do esquerdismo americano**. São Paulo: Record, 2009.

GORDON, Lewis. **Bad faith and antiblack racism**. Nova York: Humanity Books, 1995.

GRIFFIN, Roger. **The nature of fascism**. Nova York: Routledge, 2006.

GRIFFIN, Roger. An Academic Book — Not! **History News Network**, 2010. Disponível em

<<https://web.archive.org/web/20210120040145/http://www.hnn.us/articles/122473.html>>  
Acesso em 22/04/2023.

HAYEK, Friedrich. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010 [1944].

HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na República de Weimar e no Terceiro Reich**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

HONDERICH, Ted. **Conservatism: Burke, Nozick, Bush, Blair?** Londres: Pluto Press, 2005.

KERSHAW, Ian. **The Nazi Dictatorship: Problems and Perspectives of Interpretation**. New York: Bloomsbury, 2015.

KIRK, Russell. **The Conservative Mind: from Burke to Eliot**. Washington: Regnery Publishing, 2001 [1953]

LIU, Larry. Economic Policy in Nazi Germany: 1933-1945. **Penn History Review**, 2013.

MANN, Michael. **Fascistas**. São Paulo: Record, 2008.

MAZZINI, Leandro. Narloch assume a Comunicação do Partido Novo. **IstoÉ**, 2023. Disponível em <https://istoe.com.br/narloch-assume-a-comunicacao-do-partido-novo/>. Acessado em 13/05/2025.

MILES, William. Third World views of the Holocaust. **Journal of Genocide Research**, v. 6, n. 3, pp. 371-393, 2004.

MISES, Ludwig von. **Omnipotent Government: the rise of the total state and the total war**. Auburn: Mises Institute, 2010 [1944]

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Mundo**. São Paulo: Leya, 2013.

NARLOCH, Leandro. Deveríamos ser otimistas com o governo Bolsonaro? **Folha de S. Paulo**, 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2018/10/deveriamos-ser-otimistas-com-o-governo-bolsonaro.shtml>. Acesso em 13/05/2025.

NUNES, Rodrigo. **Do Transe à Vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.

OGASSAWARA, Juliana Sayuri; BORGES, Viviane Trindade. O historiador e a mídia: diálogos e disputas na arena da história pública. **Revista Brasileira de História**, v. 39, n. 80, pp. 37-59, 2019.

PAXTON, Robert. **A anatomia do fascismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PAXTON, Robert. The Scholarly Flaws of "Liberal Fascism". **History News Network**, 2010. Disponível em <<https://historynewsnetwork.org/article/122231>> Acesso em 22/04/2023.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). **Varia História**, v. 31, n. 57, pp. 863-902, 2015.

QUINTEL, Flávio. **Mentiram (e muito) pra mim**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2014.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada – ensaio de ontologia fenomenológica**. Petrópolis: Vozes, 2011 [1943].

SCHURSTER, Karl. Uses and abuses about the concept of Nazism: how political ignorance leads us to think that this phenomenon may be left-wing. **Boletim do Tempo Presente**, n. 13, pp. 52-57, 2019.

SOUSA, Bertone de Oliveira. Nazismo, Socialismo e as políticas de direita e esquerda na primeira metade do século XX. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. v. 7, n. 14, pp. 141-163, 2015.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRAVERSO, Enzo. El totalitarismo: usos y abusos de un concepto. In: **Las escalas del pasado: IV Congreso de Historia Local de Aragón (Barbastro, 3-5 de julio de 2003)**. Instituto de Estudios Altoaragoneses, p. 99-110, 2005.

TRAVERSO, Enzo. *La historia como campo de batalla: interpretar las violencias del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2012.

VENANCIO, Renato. O Incorreto no “Guia politicamente incorreto da história do Brasil”. **HH Magazine**, 2018. Disponível em <<https://hhmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/>> Acesso em 22/04/2023.

VOEGELIN, Eric. **As Religiões Políticas**. Lisboa: Passagens, 2002 [1938].

WAKEFIELD, James. A. James Gregor and ‘the Karl Marx of Fascism’. **Giornata di Studi in onore di A. James Gregor (1929-2019)**, 2020.

WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

*Submetido em: 20 maio 2025*

*Aceito em: 28 jul. 2025*